

MÍDIA E PRECONCEITO: A REVISTA *VEJA*, O CASO CADU E A DESCRIMINALIZAÇÃO/LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

LÉO MACKELLENE2

Resumo: Em março de 2010, as revistas *Época* e *Veja* publicaram matérias de capa em torno do Caso Cadu. Trata-se do assassinato do cartunista Glauco e seu filho Raoni. Glauco foi fundador da Igreja daimista Céu de Maria, que, em seus rituais, faz uso do chá ayahuasca. A associação direta que a revista *Veja* faz entre o crime de Cadu e o que ela chama de “consumo do chá alucinógeno” é grosseira e guarda silêncios que a análise do discurso pode/deve nos auxiliar a ouvir. O objetivo é revelar as estratégias discursivas da *Veja* no intuito de culpabilizar o chá - e daí, por tabela, atingir a marcha da maconha, que ganhava legitimidade em 2010 - e levantar elementos para responder à pergunta que a revista *Época* faz na capa: o daime provocou o crime? Ao longo do artigo, temas transversais são recuperados, tais como o fenômeno das representações sociais (tema da Psicologia social), a (dita) “normalidade” (tema também do Direito), a sociedade meritocrática e o papel da mídia na construção da verdade, do real e de determinados estereótipos e preconceitos.

Palavras-chave: *Mídia. Representações Sociais. Ayahuasca. Caso Cadu.*

INTRODUÇÃO

*Só é real
o que convém à realidade.
Lenine*

Na mesma semana, no mês de março de 2010, as revistas *Época* e *Veja* publicaram como matéria de capa reportagens em torno do Caso Cadu. Trata-se do assassinato do cartunista Glauco e seu filho Raoni. Glauco foi fundador da Igreja daimista Céu de Maria, que, em seus rituais, faz uso de um chá considerado “alucinógeno” por uns, “enteógeno”, por outros.

2 Mestre em “Literatura e práticas sociais” pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de “Texto e discurso” da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-CE, de 2004 a 2014. Editor de publicações da Faculdade Luciano Feijão (FLF).

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes é réu confesso. Um jovem, na época, com 24 anos com sérios distúrbios psicológicos diagnosticados (psicose e esquizofrenia), que fumava maconha desde os 15 anos, e frequentou a Céu de Maria por três anos, antes de cometer o crime.

Ambas as revistas dedicaram quase 10 páginas ao caso; entretanto, as abordagens foram completamente diferentes, em teor e profundidade.

A revista *Época* (22/03/2010) intitulou a matéria de “O doido, o daime & o crime” e, logo abaixo do título, desferiu a pergunta: “Qual a relação entre o consumo religioso de ayahuasca e o comportamento psicótico do assassino do cartunista Glauco?”. A matéria constrói no título (quase como um cálculo matemático: o doido + daime = crime), uma sequência lógica que sugere certa narratividade, e que mescla narração e descrição, apresentando entrevistas com juristas e psiquiatras, além do depoimento dos familiares de Cadu, que apontam Glauco (a vítima) como o principal culpado pela tragédia. A revista tem o cuidado, entretanto, de, em determinado momento, mencionar que “morto, Glauco não pode responder a essas graves acusações”.

A matéria ainda apresenta ainda infográficos sobre “o caminho da ayahuasca desde a selva”, recontando o histórico das religiões que fazem uso do chá em seus rituais - as chamadas religiões ayahuasqueiras -, tomando o cuidado de apresentar a estrutura organizacional de cada uma e de demonstrar, num mapa do Brasil, as localidades do país onde se podem encontrar núcleos das quatro principais religiões ayahuasqueiras: o “Santo Daime Alto Santo”, o “Centro Espírita Beneficente União do Vegetal”, a “Barquinha” e o “Santo Daime: Celfrius – Centro da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra” - do qual se desmembrou a Céu de Maria, fundada por Glauco. Membros da direção de cada religião dessas são ouvidos pela matéria expondo alguns detalhes do ritual ou do regulamento interno de cada uma. Pela diversidade de fontes que traz, portanto, a revista *Época* apresenta um posicionamento mais neutro acerca do assunto; ao contrário da revista *Veja*, que, desde o título da matéria, culpabiliza “Glauco e seu chá”.

A associação direta que a matéria da revista *Veja* (25/03/2010) faz entre o crime de Cadu e o que ela chama de “consumo do chá alucinógeno” é grosseira e guarda silêncios que a análise do discurso pode/deve nos auxiliar a ouvir e iluminar.

A matéria escrita por Kalleo Coura e Renata Betti constrói a associação desde o *lead* até o último parágrafo. No *lead*, que é esse breve resumo logo depois da chamada da matéria, os autores fazem uma analogia entre “tomar o chá alucinógeno” e “jogar gasolina sobre um incêndio” e, no parágrafo final da matéria, associam a liberação da ayahuasca para fins religiosos em 1992 ao esforço da Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos, em 2010, para liberar a maconha para fins terapêuticos, medicinais e recreativos; colocando no mesmo rol o chá e as drogas.

O assassinato aconteceu em 2010, e nesse mesmo ano a Justiça Federal concedeu autorização legal para a chamada Marcha da Maconha acontecer em todas as capitais do país. O objetivo deste artigo é tentar desvelar como o discurso deslegitimador da revista *Veja* em relação ao caso Cadu se constrói, analisando trechos da matéria “Alucinação assassina” em que esse caráter deslegitimador se manifesta, e sugerindo compreensões sobre as intenções de seus autores e da própria revista, bem como dos interesses que ela representa.

Ao longo do artigo, alguns temas transversais são recuperados, tais como o fenômeno das representações sociais (tema da Psicologia social), a (dita) “normalidade”, (tema também do Direito) a sociedade meritocrática e o papel da mídia na construção da verdade, do real e de determinados estereótipos e preconceitos. O objetivo é, ao mesmo tempo, revelar as estratégias discursivas da *Veja* no intuito de culpabilizar o chá - e daí, por tabela, atingir a marcha da maconha -, levantando elementos para responder à pergunta que a revista *Época* faz na sua capa: o daime provocou o crime?

Como diz a professora Viviane Resende, em seu *Análise do Discurso Crítica*, “a língua é parte irredutível da vida social” (RESENDE, 2006, p. 10), o que implica dizer que os produtos imediatos da língua (os textos) são “produções sociais historicamente situadas que dizem muito a respeito de nossas crenças e identidades” (RESENDE, 2006, p.10). Por isso, analisar um discurso, entendendo quem é aquele que discursa e o momento em que discursa, torna-se crucial para compreender hegemonias e desvendar relações de poder.

Assim, quem é a revista *Veja*? Que interesses, e de quem, ela representa? Por que quer ela deslegitimar o chá de religiões ayahuasqueiras que, somadas, conseguem equilibrar e organizar a vida de milhares de pessoas dentro e fora do país? Com que intenção ela o faz? Qual (ou quais) seu(s) verdadeiro(s) alvo(s)?

Entender as estratégias de convencimento de que a revista *Veja* lança mão se faz extremamente necessário para entender sua lógica de manipulação da informação, dando-se conta, como diz a professora Viviane Resende, de como as “técnicas de natureza discursiva [...] dispensam o uso da força para ‘adestrar’ e ‘fabricar’ indivíduos ajustados às necessidades do poder” (RESENDE, 2006, p. 19); entender as estratégias de convencimento da revista *Veja* é crucial para revelar relações de dominação que se dão por intermédio dos textos (principalmente jornalísticos) a fim de superá-los, demonstrando quão manipulador se tornou o discurso midiático na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta seção objetiva apresentar os principais envolvidos nesta história: as vítimas e o assassino, o chá, a mídia e a marcha da maconha. O objetivo é contextualizar o leitor da matéria da revista *Veja* no momento histórico em que ela foi publicada. A compreensão desses aspectos é crucial para entender como a revista *Veja*, ao passo que criminaliza o chá, culpabilizando-o pela morte de Glauco e seu filho, busca deslegitimar a luta pela descriminalização/legalização da maconha.

AS VÍTIMAS E O ASSASSINO

No dia 12 de março de 2010, o cartunista Glauco Villas Boas, 53 anos, e seu filho Raoni Ornellas Villas Boas, 25 anos, foram assassinados por Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, 24 anos, um réu confesso.

Junto de Angeli e Laerte, Glauco publicou, no final da década de 1980, a revista de Histórias em quadrinhos *Chiclete com banana*, que tinha como linha editorial a crítica ao sistema político vigente (era a abertura política após 22 anos de Ditadura Militar) através de um humor cáustico, inspirado na rebeldia dos movimentos de contracultura - principalmente o *punk* - e condimentado com uma pitada de pornografia juvenil, alguns palavrões e muita, muita gíria. Além desses e de outros trabalhos, Glauco estreou seu *cartoons* Geraldão, na *Ilustrada*, caderno de cultura e arte do jornal *Folha de S. Paulo* em 1983, e participou do elenco de redatores do programa humorístico *TV Pirata*, do qual faziam parte também escritores como Luís Fernando Veríssimo, e que foi veiculado entre 1988 e 1992 pela Rede Globo de televisão.

Alguns anos mais tarde, depois de uma experiência na Igreja do Santo Daime, quando pôde, enfim, se livrar do vício das drogas, Glauco fundou a Igreja Daimista Céu de Maria, com sede em sua casa. Seu objetivo era libertar jovens do mundo das drogas, tal como acontecera consigo através do uso do chá do Santo Daime.

Raoni Ornellas Pires Villas Boas tinha 25 anos. Seu nome lhe fora dado pelo próprio pai, em homenagem ao cacique Raoni Metuktire, da etnia caiapó, líder lendário - ainda vivo - da luta pela preservação indígena na Amazônia e pela defesa da mata atlântica. Seguindo a história de seu nome, Raoni também se engajara na defesa de comunidades isoladas, principalmente indígenas. Era músico e desenhista. Júlio de Freitas, seu professor de desenho no SENAC-SP, lembra que “enquanto colegas viajavam para a Europa ou Nova York, ele ia para a Amazônia. Não queria se formar para enriquecer,

mas para ajudar as pessoas. Um de seus ideais era criar uma base de dados de remédios para comunidades distantes.” (FREITAS, 2014). A revista *Época*, em sua já citada matéria, informa que Raoni tentou ajudar o pai, tentando convencer o assassino a não o matar. Mas acabou sendo morto também.

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, o Cadu, nasceu em família de classe média alta, em São Paulo, e estudou nas melhores escolas da capital paulista. Morava em bairro nobre e, segundo a família, nunca demonstrou comportamento violento. Apesar disso, ele tinha um quadro favorável para o desenvolvimento de comportamentos atípicos e inesperados: havia algum tempo, Cadu apresentava um comportamento psicótico, com fortes crises emocionais. A revista *Época* conta que, na madrugada do dia 1º de janeiro do ano do assassinato, Carlos Grecchi Nunes, pai de Cadu, recebeu uma ligação dele, em que ele aparentava estar muito transtornado, desorientado e repetindo insistentemente ao telefone “Pai, eu tô morrendo, me salva!”. Aos poucos, com dificuldade, diz a reportagem, Carlos Grecchi conseguiu entender que o filho estava dentro do carro, parado numa estrada de terra próximo a Osasco, na Grande São Paulo. O pai conta que, quando conseguiu encontrá-lo, teve que quebrar a janela do carro para chegar até ele. “Ele tinha urinado e defecado. Estava suando, babava e tremia muito. O celular estava na mão dele, mas ele não conseguia atender às várias ligações que eu tinha feito” (*Época*, 22/03/2014, p. 93). Na reportagem, a família dá outros exemplos do comportamento estranho que Cadu vinha apresentando havia já algum tempo.

Seis meses antes do assassinato de Glauco, o jovem foi visto sob forte chuva rezando para plantas que ele dizia serem sagradas. A partir daí, diz a família, ele passou a dizer que era Jesus Cristo. Além disso, sua mãe fora também diagnosticada com esquizofrenia. Cadu era usuário de maconha desde os 15 anos. A revista *Galileu*, nº 258, de janeiro de 2013, apresenta matéria de capa dedicada à maconha e, na matéria, diz que “entre os fumantes de maconha, a incidência de esquizofrenia, depressão e transtornos de ansiedade é maior” (ARAÚJO, 2013, p. 93) e começou a frequentar a Igreja daimista Céu de Maria fundada por Glauco em 2007, apenas três anos antes da tragédia.

O CHÁ

O chá do Santo Daime é um chá de origem indígena também conhecido como Ayahuasca³, preparado a partir de duas plantas nativas da Amazônia, um cipó denominado Mariri (*Banisteriopsis caapi*), e as folhas de um arbusto chamado Chacrona (*Psychotria viridis*). O chá tem um efeito característico, e

³ Popularmente, o chá também recebe outros nomes, dependendo da região do país ou da religião ayahusqueira: Ayahuasca, Hosca, Yagé, Daime, Mariri e Vegetal.

é bem diferente daquele conhecido popularmente como “Chá de zabumba”. O primeiro tem efeito enteógeno, e age provocando no indivíduo que o ingere um estado de concentração mental que aguça suas percepções, bem como amplia a consciência crítica de si mesmo, possibilitando, através disso, um trabalho interno e gradativo de autoconhecimento na busca por um melhoramento pessoal em vários âmbitos: comportamental, emocional, cognitivo, espiritual etc. O segundo, o “chá de zabumba” assim chamado, é de natureza dispersiva, provocando uma ilusória sensação de bem-estar causada não pelo aguçamento dos sentidos, mas pelo entorpecimento deles, além de poder provocar alucinações visuais e delírios.

Contudo, a diferença entre um e outro não se resume a efeitos e sensações. O “Chá de zabumba” é preparado a partir do cozimento da flor de uma planta ornamental chamada Trombeta (*Brugmansia suaveolens*). Sua principal substância ativa é a escopolamina. Seu princípio tóxico é o mesmo de uma outra planta também alucinógena chamada *Datura stramonium* (ou, simplesmente, estramônio), também conhecida como “figueira-do-demo, ou figueira-do-diabo, ou figueira-do-inferno”. Já a Ayahuasca é preparada a partir do cozimento de duas plantas bem distintas da Trombeta, como visto no início desta seção. A principal substância ativa da chacrona, no entanto, é a N-DMT dimetiltriptamina.

Esta comparação grosseira e rápida, no entanto, não é suficiente para marcar as diferenças entre a Ayahuasca e o chá de zabumba ou entre a Ayahuasca e outras drogas. Em verdade, há estudos que associam ao uso da Ayahuasca à “libertação” de indivíduos do vício das drogas. O “Relatório sobre o uso de drogas psicoativas entre adolescentes usuários da ayahuasca em contexto religioso”, publicado no livro *Hoasca: ciência, sociedade, e meio ambiente*, aponta que

em uma pesquisa abrangente da ayahuasca envolvendo membros de longa data da [União do Vegetal] UDV, conduzida na cidade de Manaus, na Amazônia brasileira, os indivíduos pareciam haver alcançado a remissão de transtornos psiquiátricos graves, inclusive do abuso de drogas e de álcool, após se filiarem a esta religião. (DOERING-SILVEIRA, 2011, p. 126.)

Edson Lodi, membro do Conselho da Administração Geral e coordenador de Relações Institucionais da União do Vegetal⁴, em seu livro *Estrela da minha vida*, em que narra experiências suas com o chá, conta que, ao final de seu primeiro contato com o chá, terminado o primeiro ritual de que participou, falou com uma pessoa que estava ao seu lado: “Nunca mais bebo cachaça e nenhuma outra

4 A União do Vegetal é a mais organizada das religiões ayahuasqueiras. Mantém, dentre outros, um departamento Médico Científico, que faz pesquisas científicas com o chá, e uma comissão científica permanente, atenta a pesquisas com a ayahuasca realizadas por outras instituições no mundo.

bebida alcoólica. Nunca mais uso drogas e nem brinco carnaval. Também nunca mais bebo este chá! [...] Do compromisso que fiz, apenas um descumprí: de não beber mais o chá Hoasca (LODI, 2004, p. 16). Edson Lodi é Mestre da União do Vegetal e bebe o chá há 38 anos.

Uma outra diferença entre a ayahuasca e as drogas é que a ayahuasca foi liberada pelo Conselho Federal de Entorpecentes, em 1992, depois de um amplo e exausto exame por parte de comissões científicas que envolviam médicos, psicólogos e psiquiatras. Seu uso, no entanto, foi liberado apenas para fins religiosos. O consumo do “chá de zabumba” bem como de outras drogas - incluindo a maconha - é considerado crime em qualquer circunstância.

A MÍDIA

O que se espera de um órgão de imprensa é que se preocupe única e exclusivamente em informar, mantendo um certo grau de impessoalidade com o assunto informado a fim de não influenciar (nem positiva, nem negativamente) a opinião de seus leitores. As propagandas veiculadas por revistas de grande circulação acentuam essa característica como um ponto forte dos veículos que anunciam. Uma propaganda da revista ISTOÉ, publicada na própria revista, por exemplo, exhibe o texto “A verdade, toda a verdade, nada além da verdade”, e, sob a logomarca da revista o slogan “independente”, sugerindo que a revista não tem “rabo preso” com nenhum pontos de vista de nenhum grupo ou classe social. O texto “a verdade, toda a verdade, nada além da verdade” - convencional dos réus nos tribunais - constrói, para além do impacto que a própria frase já causa, a ideia de que a revista está fielmente, realmente comprometida com a verdade.



A revista *Veja*, durante o referendo das armas, em outubro de 2005, publicou uma matéria de capa intitulada “7 razões para votar NÃO”, com o desenho de um jovem no estereótipo de um *nerd* (tipo socialmente estigmatizado naquele momento⁵) fazendo com as duas mãos o sinal da pomba da paz e com um olhar assustado para os rifles e outras armas que estão ao seu redor apontadas para ele. A revista emite abertamente sua opinião quando diz, desde a capa, passando pelo *lead* da matéria, que “a proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”. Já se vê aqui o grau de “imparcialidade” do veículo.



Uma propaganda própria veiculada na *Veja*, em agosto de 2003, exibia as palavras “Guerra e Paz”, fazendo referência direta à “guerra ao terror” empreendida pelo governo Bush nos EUA depois dos ataques de 11 de setembro. Além das palavras “Guerra e paz”, a propaganda exhibe a frase “Quem lê *Veja* entende os dois lados”, ao mesmo tempo em que apresenta somente o rosto do presidente norteamericano, quando deveria, para garantir os tais “dois lados”, apresentar também o rosto do seu “arquiinimigo” Osama Bin Laden, para que, como veículo imparcial que deveria ser, a *Veja* pudesse verdadeiramente mostrar a seus leitores os *dois* lados da moeda, e não só os dois lados de *um* lado só.

⁵ Só mais recentemente começaria a ser relevada, inclusive pelo que se convencionou chamar de “Cultura Nerd”, que envolve os principais elementos da cultura Pop contemporânea (HQs, filmes como *Star Wars*, livros com o *Guia do mochileiro das galáxias*, *Harry Potter* etc.).



Os exemplos são inúmeros. O objetivo deste artigo é tentar desvelar como o discurso deslegitimador da revista *Veja* em relação ao caso Cadu se constrói, analisando trechos da matéria “Alucinação assassina” em que esse caráter se manifesta e sugerindo compreensões sobre as intenções de seus autores bem como da própria revista e daqueles que ela representa, principalmente no que se refere a seu principal alvo aqui não-declarado: a descriminalização/legalização da maconha.

A MARCHA DA MACONHA (2010) E A CAMPANHA “BRASIL SEM DROGAS!” (2014): DA ILEGALIDADE A PROPOSTA DE GOVERNO

Nos anos de 2009 e 2010, o país foi balançado por um movimento iniciado ainda em 1994, mas que só naqueles anos conseguiu ocorrer pacificamente, sem a intervenção da Justiça Federal: a chamada “marcha da maconha”, que aconteceu em várias cidades simultaneamente, incluindo grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

Quando no início do movimento, em 1994, a marcha da maconha ocorreu em 485 cidades, concomitantemente. A partir de 2002, passou a correr anualmente na cidade do Rio de Janeiro. Em 2008, a marcha deveria ocorrer em Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, mas foi proibida pela Justiça, que acusava o movimento de fazer apologia à droga bem como seus membros de formação de quadrilha. Só em 2010, a marcha conseguiu legitimidade do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, através da Ação Direta de

Inconstitucionalidade 4.274, que entendeu que sua proibição é um acinte à liberdade de expressão. Ali, o movimento ganhava força.

O principal objetivo da Marcha é a descriminalização da maconha. O movimento vem ganhando tanta força que, em 2014, a regulamentação da maconha fez parte do Programa de campanha de pelo menos dois dos dez candidatos à presidência da República. As Diretrizes Programáticas para o Partido Verde, com o candidato Eduardo Jorge à Presidência da República apontaram, em seu item 8.5, o enfrentamento do que elas chamaram de “economia do crime”. Segundo as diretrizes, “uma decisão crucial para enfrentar o tráfico de drogas que tanto sofrimento e infelicidade tem trazido para o país é a imediata legalização, para uso medicinal e recreativo, da maconha.” (Partido Verde, 2014, p. 27).

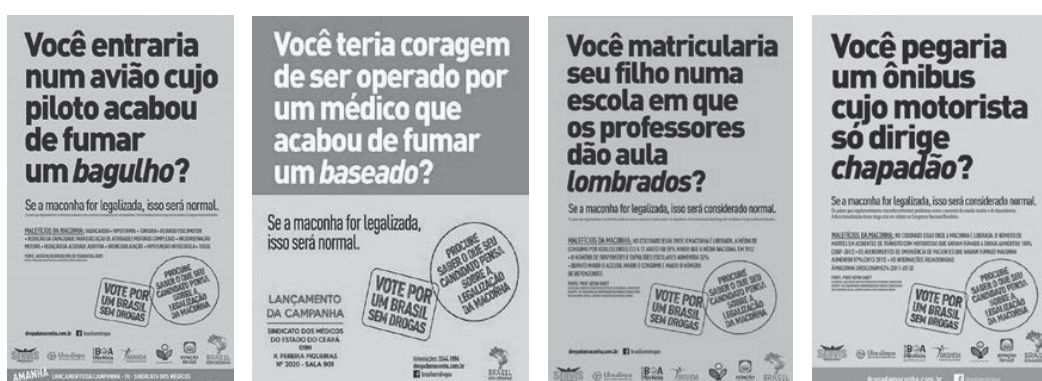
A expressão “descriminalização/legalização” da maconha pressupunha um caminho a ser seguido. A ideia era que, num primeiro momento, a droga fosse descriminalizada, ou seja, não seria mais crime fazer uso da maconha ou portá-la em uma quantidade que se caracterizasse como para uso pessoal e não para o tráfico. Daí, as discussões em pauta na sociedade - esperava-se - avançariam para, naturalmente, a sua legalização. De qualquer forma, o foco estava no produto, a maconha.

Em 2012, Júlio Calzada, secretário nacional de drogas do Uruguai, surpreendeu o mundo ao propor a criação do primeiro mercado regulado de maconha do mundo. Nos EUA, os 21 estados que compõem a federação autorizam o uso medicinal da maconha. No Colorado, por exemplo, seu uso terapêutico é liberado desde 2002. Em 2012, Washington e Colorado iniciaram também o processo de regulamentação de toda a cadeia produtiva para o uso recreativo da maconha: produção, distribuição, comércio e uso. O foco, agora, não estava mais no produto, mas no mercado. Assim, deixou-se de falar em “descriminalização/legalização” da maconha para falar de “regulamentação do mercado” da maconha. A decisão do estado americano e do estado uruguaio deu novo fôlego à causa da marcha da maconha.

Esse fato, bem como a constância dessa mesma diretriz programática em outros programas de governo de outros candidatos, inclusive candidatos ao governo de alguns estados no Brasil, gerou a campanha “Brasil sem drogas!”, apoiada pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará, que orientava os eleitores a procurarem “saber o que o seu candidato pensa sobre a legalização da maconha”. “Vote por um Brasil sem drogas” era a recomendação médica.

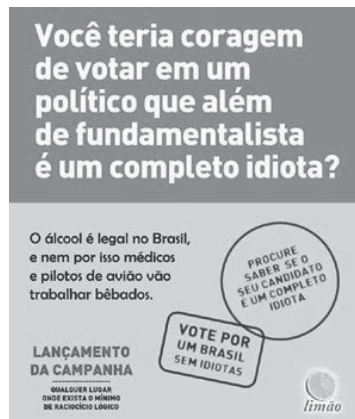
A campanha foi veiculada pelos principais jornais do estado do Ceará e rapidamente virou piada na internet, principalmente pela inconsistência de seus argumentos. Uma das propagandas da campanha pergunta “Você teria coragem de ser operado por um médico que acabou de fumar um

baseado?”. Uma outra pergunta “Você matricularia seu filho numa escola em que os professores dão aula *lombrados*?”. Uma terceira questionava: “Você pegaria um ônibus cujo motorista só dirige *chapa-dão*?”. Uma das de maior repercussão perguntava se “Você teria coragem de entrar num avião cujo piloto acabou de fumar um *bagulho*?”.

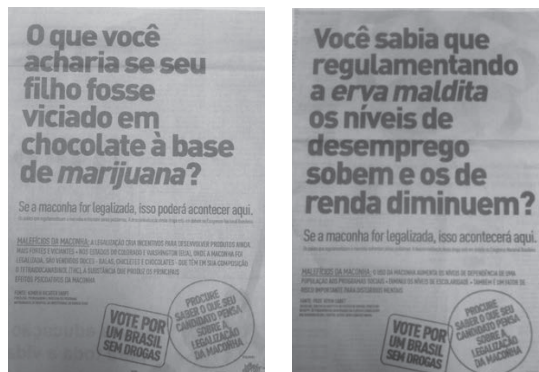


A fragilidade da propaganda não está nas perguntas, mas no argumento central delas: logo após as perguntas, a propaganda afirma que “Se a maconha for legalizada, isso será normal”. Por dedução, o argumento afirma, nas entrelinhas, que médicos, professores, motoristas e pilotos de avião (para usar as categorias citadas nas propagandas) operam, dão aula, dirigem e pilotam avião bêbados, já que a bebida alcoólica é legalizada e, pela argumentação, só pela legalização, isso seria considerado “normal”.

Apesar do tamanho das propagandas nos jornais - mais de metade da página - a campanha foi um fiasco. Inúmeras paródias circularam na internet. Numa delas, pergunta-se “Você teria coragem de votar em um político que, além de fundamentalista, é um completo idiota?”, e complementa: “O álcool é legal no Brasil e nem por isso médicos e pilotos de avião vão trabalhar bêbados”. A contrapropaganda ainda ironiza, quando anuncia o lançamento da campanha para “qualquer lugar onde exista o mínimo de raciocínio lógico”, e recomenda: “Procure saber se seu candidato é um completo idiota”, “vote por um Brasil sem idiotas”.



Diante das críticas, os argumentos tornaram-se mais sofisticados. Uma versão posterior da campanha perguntava “O que você acharia se seu filho fosse viciado em chocolate à base de *Marijuana*?”, mas o desfecho do argumento é ainda era igualmente frágil, pois insistia que “se a maconha for legalizada, isso será considerado normal”. Uma versão ainda mais recente propunha uma questão quase enigmática: “Você sabia que regulamentando a *erva maldita* os níveis de desemprego sobem e os de renda diminuem?”. O leitor quase termina a leitura da propaganda perguntando “Ãhn?! Como assim?!”. Além de tudo, Destaquem-se as expressões em itálico nas propagandas: “*erva maldita*”, “*marijuana*”, “*chapidão*”, “*lombrados*”, “*baseado*”, “*bagulho*” uma tentativa de fazer reverberar na alma do leitor o medo instintivo do estereótipo social do **drogado**.



As campanhas explícitas, no entanto, têm um alcance menos eficaz que as campanhas implícitas (subliminares ou quase); justamente porque estas evocam o lado emocional dos indivíduos, já que lidam com estereótipos, representações sociais de fantasmagorias coletivas, medos e anseios individuais... a raiva instintiva e quase animal contra aquele que assume um comportamento para-além da (dita) “normalidade”; uma raiva instintiva contra o diferente.

É nesses subníveis que trabalha a revista *Véja*.

(A)NORMALIDADE: IMAGINÁRIO COLETIVO, ESTEREÓTIPOS E PREONCEITOS

Todas as vezes que algo até então considerado “anormal” ameaça ganhar força, o normal é que o “anormal” acabe por questionar a “normalidade”. A “normalidade”, pressupõe a estabilidade social e psicológica dos indivíduos que participam desta normalidade constituindo, a partir dela, a realidade. Todas as vezes que algo fora dessa “normalidade” ameaça entrar nessa categoria (de “normal”), os agentes da “normalidade” reagem anunciando a sua catástrofe. Mas a (dita) “normalidade” é, em verdade, um padrão de comportamento, que, na história da sociedade, muda.

A (dita) “normalidade” foi questionada quando as mulheres reivindicaram sua entrada no mercado de trabalho, quando os jovens proclamaram a revolução sexual - inclusive com a invenção da pílula anticoncepcional -, quando os direitos dos negros contra a escravidão foram reivindicados, quando os pobres, no governo Lula, saíram da classe C para ocupar os espaços anteriormente ocupados pela classe média (classe B) e pela Elite (classe A) etc.: as universidades, aeroportos, carros populares enchendo as avenidas.

O periódico *Scientia: revista de Ensino, pesquisa e extensão da Faculdade Luciano Feijão*, em Sobral-CE, publicou um dossiê temático em seu vol. 2, nº 3 (2013) sobre “Diversidade e Direitos Humanos”. Em seu editorial, a revista aponta que vivemos em

Uma época em que temos que reaprender quase tudo o que podíamos jurar com uma certeza universal ser a mais pura verdade. Novos sujeitos apareceram com novas versões da realidade e novas formas de viver e ver o mundo. Vozes se levantaram e se levantam lutando por Direitos e contra os mais diversos tipos de opressão, contra a maior de todas as opressões: a de ter que ser “normal”.

Começamos questionando, a partir de Maio de 1968, o que é ser Normal. A partir daí, a “normalidade” assemelhada à “normatividade”, passou a ser minada por vários discursos

advindos das minorias históricas que eram (e que ainda são) a maior parte da população. “Ser diferente” passou a ser, mais que uma questão de moda, mais que uma questão de discurso mercadológico, a substância de que a vida é feita; e a “diferença” passou a ser uma questão de Direito. (Editorial. In: **Scientia**, vol. 2, n. 3, 2013. p. 12).

De todo modo, a normalidade é como uma pele. A vigilância da normalidade está de tal forma ligada a essa pele que qualquer sinal de anormalidade incomodará como um mosquito chupador de sangue. Ela é mantida por uma série de hábitos e costumes, organizados e orientados pelo que se convencionou chamar, em psicologia social, de fenômeno das representações sociais.

O FENÔMENO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais são um conjunto de conceitos, um repertório de imagens (arquétipos e estereótipos) construídos cultural e historicamente e que orienta nossas percepções, concepções de mundo, de homem, de vida, nossa compreensão a respeito da realidade etc. Através dessas percepções e concepções, orientamos nosso comportamento e nossos valores a respeito do que é belo, correto, do que é a verdade (ou mesmo do que É verdade), enfim.

As palavras “maconheiro” e “maconha” têm no imaginário coletivo o peso de séculos de preconceito. A “Djamba”, como era conhecida pelos escravos no Brasil a maconha, sempre esteve associada à criminalidade. A primeira explicação é que o consumo da droga era proibido na sociedade escravocrata. Como um dos seus efeitos é o relaxamento, o uso da maconha é considerado, ainda hoje, contraproducente, ou seja, há um imaginário - ligado a isso desde a época dos escravos -, de que quem fuma maconha fica mais “preguiçoso”. Uma segunda - e breve - explicação, e mais recente, está ligada aos movimentos culturais de juventude, que explodiram no ocidente urbano, os chamados movimentos de contracultura, ao qual também se agregam modelos “anormais” de comportamento: a juventude transviada, o “sexo, drogas e *rock and roll*”, o “rebelde sem causa”, os tatuados etc... Todos esses modelos comportamentais não são apenas “anormais” para aquele momento histórico, acima de tudo eles questionam ferozmente os modelos tradicionais de comportamento, alguns deles premiados pela sociedade capitalista, que alimenta no imaginário coletivo a associação entre as estratificações sociais e o merecimento pessoal.

Segundo o psicólogo americano Lerner (*apud* MOSCOVICI, 2007, p. 87. Grifo meu.),

nós explicamos o comportamento de alguém na premissa de que “as pessoas somente recebem o que merecem”. Essa hipótese chegou a ser conhecida como a “hipótese do mundo justo”. Ele vê isso como uma maneira quase natural de pensar. Os psicólogos canadenses Guimond e Simard tentaram concretizar essa teoria e não se surpreenderam ao descobrir que tal atitude era principalmente a das pessoas pertencentes, em sua grande maioria, à classe dominante. Por outro lado, não existia nenhum traço dela entre os que pertenciam às minorias ou classes desprivilegiadas.

(...)

Classes dominantes e classes dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada uma faz isso de acordo com suas próprias categorias. **Para as primeiras, o indivíduo é que é responsável por tudo o que lhe acontece e especialmente por seus fracassos. Para as segundas, os fracassos se devem sempre às circunstâncias que a sociedade cria para o indivíduo.** (MOSCOVICI, 2007. p. 87. Grifo meu.)

Vivemos numa **sociedade meritocrática**, o que significa que todo o valor do indivíduo depende unicamente dele, é o tal *self-made-man*⁶, modelo comportamental estadunidense. É fácil observar isso nas escolas e nas academias, por exemplo. Ali, a meritocracia se manifesta na nota que o professor atribui ao aluno como medida de seu empenho e seu desenvolvimento durante todo o período letivo. Fácil observar isso também nas empresas, nas promoções para os funcionários que melhor se destacam no mês, por exemplo. Na verdade, onde há hierarquia, há meritocracia. A principal lógica do discurso meritocrata pode ser resumida na máxima “você tem aquilo que merece”, ou seja, na lógica do merecimento, que é a lógica da sociedade capitalista.

“Você tem aquilo que merece” parece muito lógico e muito justo, mas vejamos algumas implicações.

Em *Raízes do Brasil* (1998), Sérgio Buarque de Holanda fala do que ele chama de uma “cultura da personalidade”. Toda a sociedade contemporânea, no Brasil e no mundo, cada vez mais caminha para um aprofundamento dessa cultura. Nela, o valor do indivíduo é dado à medida que ele “não precise dos demais, não necessite de ninguém (...), se baste” (HOLANDA, 1998, p. 32). Cada qual sendo, assim, “filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...” (HOLANDA, 1998, p. 32). Isso teria gerado, no Brasil, dentre outras consequências, uma sociedade de barões, com privilégios hereditários, competições individuais e, por consequência, uma sociedade de violência hierarquizada. Essa violência hierárquica se manifesta desde a violência doméstica passional (institucionalizada pela

⁶ Numa tradução livre e literal, é o homem que se faz a si mesmo.

cultura machista de algumas regiões do país) até a falta de coesão social, as desigualdades sociais sustentadas pelo prestígio de um indivíduo em relação a outro, ou de uma região em detrimento de outra. Assim, o “maconheiro” é associado à imagem do criminoso, do doente ou do derrotado.

Dessa forma, por ser consumida, no imaginário coletivo, por um grupo social que não se encaixa nos padrões elevados da sociedade meritocrática capitalista, “maconheiro” e “maconha” ecoam fundo no instinto daqueles que desconhecem dados concretos acerca do assunto. É esse desconhecimento dos dados reais associado ao medo instintivo daquilo que é diferente, no caso, o outro, que alimenta os estereótipos do “maconheiro” no imaginário coletivo.

Só pra citar um desses dados reais, um levantamento feito pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) identificou, numa pesquisa realizada com 50.890 alunos das 27 capitais do país, que 54,9% dos alunos da rede privada já usaram drogas (não só maconha, mas também cocaína e crack), enquanto que somente 40,3% deles estavam nas escolas públicas, onde estão os filhos das classes menos favorecidas.

O estereótipo engravado no imaginário coletivo sobre o “maconheiro” se aplica a todo e qualquer tipo de substância que se considere “droga”. O mais curioso é que essa mesma peja não recai sobre drogas legalizadas, muitas vezes mais letais e mais nocivas. A matéria “Sinal Verde”, da revista *Galileu* apresenta uma pesquisa publicada em 2010 por uma das revistas científicas mais respeitadas do mundo, a *The lancet*, que

Avaliou o álcool como a quarta droga mais perigosa do mundo (atrás do crack, da heroína e da metanfetamina) e o tabaco como a oitava. A maconha ocupou a 12ª colocação, em uma lista de 20 substâncias. Um estudo realizado na Holanda em 2009 pelo *National Institute for Public Health and the Environment*, chegou ao mesmo resultado (*GALILEU*, jan.2013, p. 32-33).

Mas... enfim, que relação tem tudo isso com o caso Cadu e a revista *Veja*?

São essas representações sociais - os estereótipos - que estão em jogo na matéria “Alucinação Assassina” da revista *Veja* (25/03/2013), que visa, através do seu discurso, construir determinadas percepções no sentido de deslegitimar/criminalizar, no Caso Cadu, o uso da Ayahuasca, e, por tabela, atingir o movimento pela descriminalização/legalização da maconha, a Marcha da Maconha, que, em 2010, ano de publicação daquela edição da revista, ganhava legitimidade judicial.

ALUCINAÇÃO TEXTUAL: ANÁLISE DO DISCURSO DA MATÉRIA “ALUCINAÇÃO ASSASINA” DA REVISTA *VEJA*

A REVISTA *VEJA*

A revista *Veja* (25/03/2010), ao longo da matéria “Alucinação Assassina”, associa o crime cometido por Cadu ao fato dele beber o chá do Santo Daime, que a revista considera como droga; apesar da Comissão Internacional de Controle de Narcóticos da ONU e da Lei brasileira de drogas (Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Art. 2º) determinarem que substâncias utilizadas em contextos religiosos sejam excluídas das listas de substâncias proscritas; apesar do Conselho Nacional Anti-Drogas, bem como da Associação Brasileira de Psiquiatria terem emitido parecer favorável ao uso ritualístico da ayahuasca.

Na sociedade meritocrática, como norma de proteção à estabilidade da ordem social, um **exemplo negativo** logo é associado a um problema de inadequação do indivíduo à sociedade, ou seja, ali é um problema com ele, dele, do indivíduo isoladamente. Quando se trata de um **exemplo positivo**, entretanto, este pode ser associado tanto 1) ao *mérito do próprio indivíduo* – que teria se esforçado para alcançar determinada posição privilegiada⁷ – quanto 2) ao *mérito da própria sociedade* – por exemplo quando escolas particulares conseguem aprovar alunos nos mais difíceis vestibulares do país e passam a custear *outdoors* com sua logomarca e fotos desses “ex-alunos”.

Quando convém, no entanto, o exemplo negativo pode sim ser associado a um problema não do indivíduo, mas de um grupo social; quando assim se deseja rotular, desqualificar, desvalorizar ou deslegitimar esse grupo ou determinada prática deste grupo. É o que a matéria “Alucinação Assassina”, publicada na edição 2157 da revista *Veja* intenta fazer, é objetivo deste artigo demonstrar como ela faz isso.

Começamos pelo título, “Alucinação Assassina”, que mistura trailer de filme de suspense de *Tela Quente*⁸ a romance policial de quinta categoria. Si só, o título já promove certa tensão, gerando, desde já, um medo que será alimentado cada vez que a matéria trouxer à tona os estereótipos encravadas no imaginário coletivo acerca do Grande Tabu: Drogas. Uuuuu!!!!

7 Nesse caso, isso nos leva à meritocracia reversa: a de se submeter na esperança de, mais tarde, submeter alguém.

8 Programa da *TV Globo* que vai ao ar às segundas-feiras após a novela das 21h, considerado horário nobre, e que tem por linha editorial a exibição de filmes de suspense, violência (os chamados “filmes de ação”) e sucessos de bilheteria, bem como filmes indicados ao Oscar.

A associação direta que a matéria da revista *Veja* faz entre o crime de Cadu e o que ela chama de “consumo do chá alucinógeno” é grosseira e guarda silêncios que a análise do discurso pode/deve nos auxiliar a ouvir e iluminar.

A matéria escrita por Kalleo Coura e Renata Betti constrói a associação desde o *lead* até o último parágrafo. No *lead*, que é esse breve resumo logo depois da chamada da matéria, os autores fazem uma analogia entre “tomar o chá alucinógeno” e “jogar gasolina sobre um incêndio” e, no parágrafo final, associam a liberação da ayahuasca para fins religiosos, em 1992, ao esforço da Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos em liberar a maconha para os mesmos fins, em 2010; colocando no mesmo rol a maconha e o chá.

As associações são grotescas e inúmeras. Vejamos algumas delas.

Eis o segundo parágrafo do texto:

Nos últimos três anos, Cadu, de 24 anos, vinha *exibindo claros sinais* de que estava sofrendo de distúrbios psíquicos. Esse período, *segundo seu pai, Carlos Grecchi*, coincide com o tempo que o filho começou a frequentar o Céu de Maria, igreja fundada por Glauco e pertencente à *seita* Santo Daime, que mistura elementos do cristianismo, espiritismo e umbanda e prega o consumo de um chá com efeitos alucinógenos como forma de “atingir o autoconhecimento e a consciência cósmica”. O comportamento de Cadu, diz Grecchi, começou a se transformar quando *ele passou a fazer uso da dimetilriptamina (DMT)*, o princípio ativo presente na bebida consumida por adeptos da seita. Por diversas vezes, tanto Grecchi como os avós de Cadu ouviram o jovem dizer que era a reencarnação de Jesus Cristo. Também por diversas vezes os parentes flagraram o jovem rezando, numa ocasião debaixo de chuva forte, para plantas que ele dizia serem reencarnações de entidades religiosas⁹.

A associação que o parágrafo faz entre distúrbios psíquicos e o Daime é sugerida quando os autores mencionam que, há três anos, Cadu vinha “exibindo claros sinais” desse tipo de distúrbio e justamente há três anos ele começara a frequentar a *Céu de Maria*, religião em cujos rituais se bebe o chá.

Quando explicam essa associação, é fácil perceber, por parte dos autores, a preocupação de não se comprometerem diretamente com o que dizem. Não fosse assim, não haveria a indicação “segundo seu pai [o pai de Cadu], Carlos Grecchi”. Além de aí, quando os autores se preocupam, ainda nesse parágrafo, em explicar o que chamam de “a *seita* Santo Daime” (grifo meu), mencionam que o “consumo” do chá é uma forma de “atingir o autoconhecimento e a consciência cósmica”. Os autores

⁹ Todos os trechos da matéria estão disponíveis em <http://veja.abril.com.br/240310/alucinacao-assassina-p-066.shtml>. Acesso em 09 de outubro de 2014. Todos os grifos são meus.

colocam a frase entre aspas, o que pode significar tanto uma pretensa impessoalidade quanto, o mais provável, certa ironia.

Para tentar validar seus impressionismos, os autores começam a fazer uso, no mesmo parágrafo, do jargão científico: “ele passou a fazer uso da dimetiltriptamina (DMT)”, num claro intuito de sugerir um pretensão cuidado técnico-científico com a Verdade do caso.

Até aí, os autores são bem moderados quanto a seus comentários e associações. À medida que a leitura da matéria avança, é possível perceber o aumento gradativo da agressividade: do desrespeito à condenação.

Eis o quarto parágrafo:

Grande parte dos portadores de esquizofrenia consegue levar uma vida razoavelmente normal *desde que sob tratamento* – que, além de medicação, inclui *manter distância de certas substâncias. Como chás alucinógenos, por exemplo.* A DMT aumenta a concentração no cérebro de três neurotransmissores: a serotonina, a noradrenalina e a dopamina. Como os portadores de esquizofrenia têm um aumento na atividade da dopamina, a sobrecarga dessa substância pode fazer com que eles percam a noção de realidade e tenham alucinações – estado que pode continuar mesmo depois que o efeito da droga termina. Em outras palavras, *permitir que portadores de psicoses como a esquizofrenia bebam o chá da seita Santo Daime equivale a jogar gasolina sobre uma casa em chamas.* Tudo indica que *foi exatamente o que os seguidores da seita fizeram* durante os três anos em que Cadu frequentou o local.

Nesse parágrafo, os autores informam que Cadu sofre de esquizofrenia. Segundo eles, os portadores de esquizofrenia conseguem levar uma vida razoavelmente normal, “desde que sob tratamento”. Bem aqui os autores abrem um travessão. Um travessão - e essa é uma convenção do código escrito - é aberto geralmente quando o autor quer acrescentar um comentário ao assunto de que está tratando. No caso aqui, o travessão abre um comentário para tentar explicar como seria o tratamento do esquizofrênico. Segundo eles, o tratamento “- além de medicação, inclui manter distância de *certas* substâncias. Como chás alucinógenos, por exemplo” (Grifo meu). Perceba a ironia no termo “*certas*” substâncias, e observe que a expressão “como chás alucinógenos, por exemplo” fica a cargo dos autores. Daqui por diante, os ataques são ininterruptos.

Mais uma vez, para tentar legitimar o que estão dizendo, os autores retomam a estratégia de usar o jargão científico. Depois desse primeiro golpe, eles dizem que a DMT “aumenta a concentração no cérebro de três neurotransmissores: a serotonina, a noradrenalina e a dopamina”. O efeito de

uma frase como essa sobre um leitor médio - que é o perfil do leitor de *Veja*¹⁰ - é devastador. O leitor padrão de *Veja* poderia mesmo chegar a pensar “puxa vida! Eles sabem mesmo do que estão falando, hein?!” , justamente pelo uso do jargão complicado, afinal, em nossa sociedade, sinal de inteligência é falar difícil, é falar bonito. E se eles estão usando um jargão científico significa que eles estudaram e, portanto, se eles estudaram, eles devem saber do que estão falando, ora bolas!

O próximo ataque vem antes do parágrafo terminar. Os autores dizem que “*permitir* [vejam a expressão que eles usam: “permitir”] que portadores de psicoses como a esquizofrenia bebam o chá da *seita* [vejam a expressão que eles usam: “seita”¹¹] Santo Daime equivale a jogar gasolina sobre uma casa em chamas”. O caso é que os autores da matéria, logo em seguida, dizem “foi exatamente o que os seguidores da *seita* fizeram durante os três anos em que Cadu frequentou o local”, complementando o que os autores poderiam ter dito de forma explícita, mas preferiram fazê-lo de forma velada, nas entrelinhas: eles, os “seguidores da *seita*”, jogaram gasolina sobre uma casa em chamas.

O parágrafo seguinte procura amenizar um pouco os ataques. Vejamo-lo.

Ninguém duvida de que a igreja fundada por Glauco reúna homens e mulheres de boa vontade, ótimas intenções e um propósito louvável: o de ajudar a livrar os jovens das drogas, coisa que o próprio Glauco havia conseguido fazer consigo mesmo, segundo afirmava, graças ao Santo Daime. Se, no entanto, o que diz Grecchi, o pai de Cadu, não estiver distorcido pela dor e pelas circunstâncias, *Glauco foi, sim, solicitado a não mais ministrar o alucinógeno a Cadu* ainda em 2007. *Por descuido ou desconhecimento* acerca do estado de saúde do rapaz, *ele não atendeu ao pedido*. Em depoimento à polícia, Cadu afirmou que bebeu o chá todas as vezes em que foi ao Céu de Maria.

10 A dissertação de mestrado de Wesley Callegari Cardia, *A influência da mídia na opinião pública e sobre a influência desta na mídia (O governo Lula em Veja e Época)*, apresenta estudos da MARPLAN - pesquisa de mídia feita pelo grupo Ipsos, um dos líderes globais no fornecimento de pesquisas em marketing, propaganda, mídia, satisfação do consumidor e pesquisa de opinião pública e social - indicando que 47% dos brasileiros leem e acessam jornais e revistas, a chamada mídia impressa. (CARDIA, Wesley Callegari. **A influência da mídia na opinião pública e sobre a influência desta na mídia: o governo Lula em Veja e Época**. 2008. 450f. Dissertação. Mestrado em Ciência da Comunicação. Faculdade de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Porto Alegre-RS, março de 2008). O MARPLAN 2013 aponta que 20% dos leitores da *Veja* são leitores da classe A; 50%, da classe B; 27%, da classe C, e só 3% classe da D; e 0% da classe E. A principal faixa social leitora da *Veja*, portanto, está nas camadas médias da sociedade, classes B e C.

11 Quanto à palavra “seita”, existe uma carga cristã histórica que associa todo e qualquer ritual que não esteja ligado diretamente ao cristianismo - principalmente os não-reconhecidos historicamente, como o são o Islamismo, o Judaísmo, o Hinduísmo, o Budismo etc. - como algo demoníaco. A palavra “seita” foi repetida na matéria de 9 páginas 8 vezes.

Como forma de se isentar da analogia maldosa e quase subliminar, os autores justificam, no parágrafo seguinte, que “ninguém duvida de que a igreja fundada por Glauco reúna homens e mulheres de boa vontade, ótimas intenções e um propósito louvável”. Mas logo em seguida – o terceiro ataque – os autores dizem que “Glauco foi, sim, solicitado a não mais ministrar o alucinógeno a Cadu ainda em 2007. Por *descuido ou desconhecimento* acerca do estado de saúde do rapaz, *ele não atendeu ao pedido*”. Interessante a ênfase que o texto dá ao fato de ter sido ao próprio Glauco, fundador do Céu de Maria: “Glauco foi, sim, solicitado”. Destaque também para a expressão “ministrar o *alucinógeno*”; a referência ao chá sumiu, ficou o “alucinógeno”.

De novo os autores querem se isentar da responsabilidade sobre o que dizem. Primeiro, quando novamente responsabilizam o pai de Cadu pela informação. Nessa ocasião, como forma de reafirmar sua isenção, eles ainda “alertam” o leitor, dizendo “se o pai de Cadu não estiver distorcido pela dor e pelas circunstâncias”. Segundo, quando dizem que Glauco não atendera o pedido “por descuido ou desconhecimento”. Essas duas frases funcionam como atenuadores da afirmação, como se dissessem, “olhem, estamos dizendo isso, mas também sabemos que essa informação pode não ser verdadeira, pode estar deturpada pelo estado emocional em que se encontra a nossa fonte, o pai de Cadu”; como se dissessem: “olhem, estamos dizendo que Glauco não atendeu ao pedido da família mas reconhecemos que ele pode ter feito isso por *descuido ou desconhecimento*”.

Ora, se o que disse o pai de Cadu pode ser uma informação deturpada por sua condição emocional, por que mencioná-la como verdade então? Se não se sabe se Glauco “não atendeu ao pedido” da família “por descuido ou por desconhecimento” porque mencionar, então, que ele “não atendeu ao pedido”? Haverá segundas e terceiras intenções nestas afirmações?

Logo depois dessas afirmações, a matéria diz que “em depoimento à polícia, Cadu afirmou que bebeu o chá todas as vezes em que foi ao Céu de Maria”. A matéria diz ainda que Glauco ministrou a bebida a Cadu contrariando a família. Uma afirmação como essa - “bebeu chá todas as vezes em que foi ao Céu de Maria” - constrói a ideia de que Glauco contrariou a família várias vezes. Ora, é do regulamento interno que regem as religiões ayahuasqueiras o artigo que diz que as pessoas que bebem o chá o fazem de sua livre e espontânea vontade, ou seja, se alguém no ritual bebe o chá, o faz não porque é obrigado ou coagido a fazê-lo, mas porque o quer; existem, inclusive, religiões ayahuasqueiras onde as pessoas podem participar do ritual sem beber o chá, a *Barquinha*, por exemplo.

A matéria veladamente quer consumir a culpa (ou a parcela de culpa) de Glauco em “insistir” em ministrar o chá para Cadu beber, numa linha de argumentação que vai desenvolvendo a noção de que a culpa pela morte do cartunista não é de Cadu, mas dele próprio, afinal, ele “alimentara” seu assassino, e o alimento teria sido o chá. E através de sua culpabilização, visa provocar uma reação

negativa ao uso do chá, ainda que, na circunstância de um ritual religioso; e, por desdobramento, uma reação negativa ao uso das drogas; portanto, uma reação negativa à descriminalização/legalização das drogas.

Mas ainda é só o começo da matéria. Há muitos outros pontos em que isso fica mais claro ainda.

No parágrafo seguinte, a associação entre o chá e as drogas é explícita.

A DMT é proibida em quase todo o mundo. Ao lado do LSD e da mescalina, ela aparece na lista de drogas controladas na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas da Organização das Nações Unidas. Essa lista é seguida por 183 países, o Brasil incluído. A convenção, entretanto, não proibiu plantas ricas na substância, como a erva-rainha ou chacrona, que dá origem à beberagem do Daime. Isso permite a interpretação de que apenas a substância é proibida e a planta, que tem pequena concentração dela, não. No Brasil, em 1992, graças a uma campanha liderada por “ayahuasqueiros”, o Conselho Federal de Entorpecentes liberou o consumo do chá daimista “para fins religiosos”. *Foi o primeiro de uma sucessão de erros* que culminou com a consagração do chá como “bebida sagrada”, título concedido à substância alucinógena pelo estado brasileiro em janeiro passado. O advogado criminalista Fernando Fragoso considera a interpretação casuística. “Uma droga não deixa de ser droga se for consumida no meio de um ritual. A substância é lícita ou não é”, diz. A Associação Brasileira de Psiquiatria também já se manifestou contra a liberação do chá, sob o argumento de que não existem estudos suficientes para descrever em profundidade a ação no cérebro da DMT presente na beberagem.

Segundo os autores, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas da Organização das Nações Unidas tem uma lista de “drogas controladas” na qual figuram a mescalina, o LSD e o DMT, substância contida na chacrona, “que dá origem à beberagem do Daime”. Eis o quarto ataque: a tentativa de associar o chá a outras drogas mundialmente proibidas, afinal, “a DMT é proibida em quase todo o mundo”, como diz a matéria. Sobre isso, é importante reafirmar o que se disse no início desta seção: a Comissão Internacional de Controle de Narcóticos da ONU e da Lei brasileira de drogas (Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Art. 2º) determinaram que substâncias utilizadas em contextos religiosos sejam excluídas das listas de substâncias proscritas; o Conselho Nacional Anti-Drogas, bem como a Associação Brasileira de Psiquiatria emitiram parecer favorável ao uso ritualístico da ayahuasca.

As intenções da revista *Veja* ficam claras quando os autores associam a liberação do uso do chá para fins religiosos ao “primeiro de uma sucessão de erros que culminou com a consagração do

chá como ‘bebida sagrada’” - perceba que os autores consideram como o maior de todos os erros a consagração do chá: a sucessão de erros culmina no erro maior.

Avancemos com cautela aqui. Há dois aspectos que merecem atenção.

A revista diz que quem deu o título de ‘bebida sagrada’ ao Daime foi “o estado brasileiro”, em janeiro de 2010, na da legitimação da Marcha da maconha, ano do assassinato de Glauco, ano de disputa eleitoral para presidente da república. Claro que esse poderia ser um comentário desinteressado, afinal, é algo que é dito em menos de uma linha. Não é. Por quê?

Para compreendermos essa questão, precisamos entender o caráter da revista *Veja* e sua linha editorial. A descrição da revista na enciclopédia virtual Wikipédia indica que “a *Veja* é marcada por uma linha editorial à direita política, apesar de não assumir que tenha uma inclinação política”. O recurso *wiki* consiste na elaboração coletiva de um catálogo de conceitos, definições, teorias, categorias etc. A Wikipédia, por exemplo, é um recurso educacional de construção coletiva. Sendo assim, é possível que alguns desses colaboradores tenham intenções e interesses os mais escusos e, por esse motivo, podem tanto induzir a determinadas interpretações interessadas, quanto dar intencionalmente informações falsas acerca de um assunto.

Dessa forma, a página da Wikipédia referente à explanação sobre a revista *Veja* informa, logo no alto da página, que “a neutralidade desse artigo foi questionada”. Contudo, a dissertação de Wesley Callegari Cardia, de março de 2008, afirma que

a personalidade mais entrevistada nas ‘páginas amarelas’ - [seção de entrevistas da revista], em sua existência, foi FHC – 10 vezes. Lula foi entrevistado somente 3 vezes. No entanto, Lula foi capa da revista 37 vezes - [a maioria delas com insinuações negativas a seu respeito, associando-o, por exemplo, a denúncias de corrupção], enquanto FHC, apenas 18. (*Veja*, 21/03/2007, p. 48). (CARDIA, 2008. p. 117)

Essa pequena comparação pela quantidade e pela abordagem que a revista tem dado a FHC e a Lula dá a ver a linha editorial da revista, comprovando o texto da Wikipédia.

Estando a revista ligada à direita e, portanto, à elite, pode-se deduzir que sua postura, quanto aos valores da elite (seus hábitos, costumes, ideologia, representações sociais) é conivente com esses valores, e, mais do que isso, funciona como um grande panfleto de propaganda dos valores dessa elite; sendo, ela, uma forma defensora do *status quo*, da (dita) “moral e dos bons costumes”, da (dita) “normalidade”.

Lembremos, então, de duas coisas: 1) a discussão que se tornara pública naquele momento, acerca da descriminalização/legalização da maconha; e 2) o fato de que 2010 foi ano eleitoral.

Ora, que intenção teria uma revista alinhada à direita em mencionar que o estado brasileiro, em janeiro de 2010, ou seja, o governo Lula, deu a um chá “alucinógeno” o título de “bebida sagrada”?

Acrescem-se a isso os finais dos dois primeiros parágrafos da matéria: “não se pode dizer que a tragédia ocorrida em Osasco no último dia 12 não *den pistas de que vinha se aproximando*”, ou “a tragédia do Céu de Maria (...) adentra o espaço aterrador das *desgraças que talvez pudessem ter sido evitadas*”, novamente completando o que faltou que fosse dito explicitamente: caso o “estado brasileiro, em janeiro de 2010,” não tivesse dado o título de “bebida sagrada” a **esse** chá “alucinógeno”, nada disso teria acontecido.

Quanto ao outro aspecto ligado à descriminalização/legalização da maconha, em 2009, passeatas foram organizadas por todo o país, matérias (de revistas menos parciais que a *Veja*) foram publicadas no sentido de esclarecer questões médicas e científicas ligadas a seu uso, inclusive terapêutico, organizaram-se debates em universidades e em núcleos de movimentos culturais e estudantis de todo o país etc. ou seja, o debate a esse respeito adquiria cada vez mais amplitude.

Observemos os dois últimos parágrafos da matéria.

[...] Hoje, a *seita* tem mais de 100 igrejas em todo o país. Só a Céu de Maria tem 11 000 adeptos que *tomam regularmente a DMT*.

Na semana passada, uma entidade da Bahia chamada Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos entrou com uma petição no Supremo Tribunal Federal pedindo a liberação da maconha “para uso terapêutico e religioso”. Caso a petição seja aceita, *são grandes as chances de outras drogas entrarem para o rol de “sagradas”*. Tolerância em excesso, combinada com negligência na mesma medida e uma boa dose de vulnerabilidade, física ou emocional das partes envolvidas: eis uma boa receita para construir uma tragédia.

Nestes parágrafos, os autores dizem que liberar a maconha para uso terapêutico é dar “grandes chances de outras drogas entrarem para o rol de ‘sagradas’”. Não estaria aqui a revista assumindo uma postura diante do debate? Mas, como meio de comunicação apartidário, desinteressado, não deveria a revista ficar isenta de opiniões? Não estaria aqui, também, a revista, assumindo uma postura no intuito de associar o chá à maconha e, conforme menciona acima, à mescalina, ao LSD etc.? Perceba ainda que no trecho final do penúltimo parágrafo, a matéria afirma que “a Céu de Maria tem 11 000 adeptos que *tomam regularmente a DMT*”. Veja só, “*tomam a DMT*” e não mais o chá. Por que a referência mudou? Por que não continuou fazendo referência ao *chá*, mesmo sabendo, como ela própria afirma, que “a planta [da qual se prepara o chá] tem *pequena concentração* de DMT”? Por que usou a expressão “tomam a DMT” e não “tomam o chá” ou “tomam o Daime”? Por que exatamente “tomam a DMT”?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deturpação dos fatos por parte da Grande Mídia visando certos interesses políticos e econômicos, claro, não é nenhuma novidade. O jargão da “independência” política do Brasil (“independência ou morte!” – de quem?) é um exemplo bem antigo. Mais antigo ainda é a representação que Pero Vaz de Caminha fez sobre a terra recém-“descoberta” a El Rei D. Manuel, tentando convencê-lo de que era viável investir na exploração do Brasil. A manipulação do debate entre Collor e Lula, em 1989, que ocasionou na derrota do último; a deposição de Hugo Chaves divulgada como “renúncia”, em 1992; a atribuição da morte do cartunista Glauco ao uso do Daime, enfim, são exemplos de como a opinião (pública e privada) pode ser manipulada por órgãos (ou pessoas) que se dizem representantes legítimos da verdade.

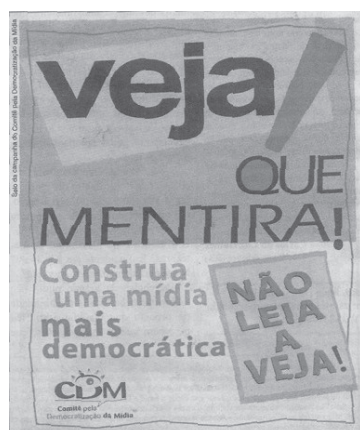
Que verdade? Verdade para quem? Verdade para quê? Desde quando? Até quando? Por quê?

Em dezembro de 2003, o jornal *Brasil de Fato*, publicou matéria intitulada “Televisão compromete formação de jovens: público mirim não tem mecanismos de defesa diante da programação de baixa qualidade e dos apelos ao consumo” sobre questões ligadas à influência negativa da televisão sobre os jovens telespectadores, tratadas no *Seminário Internacional TVQ – Criança, Adolescente e Mídia*, acontecido em São Paulo de 9 a 11 de dezembro daquele ano.

Tatiana Azevedo, autora da matéria, começa o texto dizendo que “não é verdade que as crianças só pensam em brincar” (p. 7). Segundo ela, uma pesquisa feita pela *MultiFocus Pesquisa de Mercado* com crianças de 6 a 11 anos indicou que 65% delas se importam com a roupa que vestem, 44% preocupam-se com o peso e que 59% das crianças entrevistadas não passam o dia com os pais, que trabalham fora e que, assim, “a televisão assume o posto de grande companheira”; através dela, tendo acesso à completa banalização do sexo, da violência, da discriminação e do preconceito e da negação de valores éticos. Segundo Tatiana Azevedo, as crianças são verdadeiras “vítimas da *ditadura do consumo*”.

O apelo aos “pequenos consumidores” se utiliza de imagens lúdicas, idealizadas e coloridas, na tentativa de atraí-los para o consumo. Ora, basta assistir às propagandas veiculadas nos intervalos da *TV Globinho* para saber do que a jornalista está falando.

Nesta mesma edição do jornal *Brasil de Fato*, o Comitê pela Democratização da Mídia publica uma propaganda da campanha “*Veja! Que mentira! Construa a mídia mais democrática. Não leia a Veja!*”.



Mas uma questão mais profunda é a questão do merecimento. Por que procuramos um culpado quando coisas como a tragédia acontecida com Glauco e seu filho assim acontecem? Porque quando algo assim acontece, percebemos que há alguma coisa muito errada. E é muito difícil reconhecer que essa coisa muito errada tem a ver conosco, com a forma que escolhemos pra viver. Assim, alguém deve ser culpabilizado por nosso sofrimento. Essa estratégia de defesa, que entende que o outro é culpado de uma tragédia (que pode ser culpa exclusivamente nossa), é um fato tão comum na psicologia que, estudado excessivamente pela literatura da área, foi chamada de “Projeção”. Não podemos crer num mundo justo diante de algo assim. Afinal, que justiça pode haver no fato de alguém que funda uma religião para auxiliar as pessoas ser assassinado por uma dessas pessoas que ele quis auxiliar?

Para responder a essa questão, temos duas saídas.

A primeira estabelece que quando não há nada que justifique uma injustiça, pensemos no merecimento de outras vidas, isto é, para garantir, diante de uma injustiça sem explicação, a verdade, a poderosa verdade de que cada um tem aquilo que merece, ou seja, a única explicação que conseguimos forjar é a de que aquela injustiça atual é fruto de algo que aquele indivíduo que sofreu essa injustiça fez em vidas passadas; é o discurso, inclusive, de certas religiões ayahuasqueiras.

A segunda saída entende aquilo que mencionei dois parágrafos atrás: que o erro só pode estar no indivíduo que praticou a injustiça, já que seria por demais estranho admitir que o erro é nosso, da maneira como temos construído a nossa vida, a nossa sociedade. Lembremos que o mais comum,

num caso como esse, é que um **exemplo negativo** seja associado a um problema de inadequação do indivíduo à sociedade, isto é, ali é um problema com ele, dele, do indivíduo isoladamente e nunca nosso, da maioria.

É preciso examinar a fundo a ideologia do merecimento, representação típica da sociedade meritocrata que alimenta o individualismo quando supervaloriza o Eu, a hierarquia, a propriedade privada, a posse, o progresso como “cimento” do mundo e o dinheiro. A fim de quê? Com que intuito? Com que interesses? Com interesse de quem? Por quem? Para quem? Desde quando? Até quando? Por quê?

Até compreendermos que a culpa é nossa, da forma como escolhemos viver, como nos permitimos continuar vivendo, continuaremos buscando culpados para tragédias como essas (sempre sociais): e encontraremos sempre um bode espiatório seja em quem bebeu o chá (o Cadu), seja em quem ministra/ministrou o chá (o Glauco), seja no próprio chá, sem perceber que todo crime, toda desordem, toda doença (física e psíquica) são frutos da (des)ordem que estamos seguindo para viver, afinal, já dizia o velho ditado, “*pax fructus justitia est*”, a paz é fruto da justiça que temos.

Cadu foi preso em flagrante e, depois de um longo processo em que ficara preso, foi considerado inimputável, ou seja, incapaz de responder por seus atos, sendo encaminhado a uma instituição de tratamento psiquiátrico em outubro de 2012. Em agosto de 2013, foi considerado apto a voltar ao convívio da sociedade. Dia 1º de setembro de 2014, Cadu foi preso em Goiânia, cidade onde mora sua família, após ter praticado 5 crimes de latrocínio, roubo seguido de morte, em apenas 4 dias.

MEDIA AND PREJUDICE: THE VEJA MAGAZINE, THE CADU CASE AND THE DECRIMINALIZATION/LEGALIZATION OF MARIJUANA

Abstract: In March 2010, the magazines *Época* and *Veja* published cover stories around the case Cadu. It is the murder of cartoonist Glauco and his son Raoni. Glauco was founded of the Church daimista Céu de Maria, that drink ayahuasca in their rituals. The association *Veja* magazine makes between the crime of Cadu and what it calls “consumption of hallucinogenic tea” is coarse and guard silences that discourse analysis can / should help us to hear. The goal is to reveal the discursive strategies of *Veja* in order to blame the tea - and hence, indirectly, reach marijuana march, which earned legitimacy in 2010 - and raise elements to answer the question

that *Época* is on the cover: the daime caused the crime? Throughout the article, cross-cutting themes are recovered, such as the phenomenon of social representations (theme of social psychology), the “normality”, a meritocratic society and the role of media in building the true, real and certain stereotypes and prejudices.

Key-Words: *Media. Social Representations. Ayahuasca. Case Cadu.*

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tarso. “Sinal verde”. In: **Galileu**. Maconha. n° 258. Rio de Janeiro, Ed. Globo, janeiro de 2013.
- CARDIA, Wesley Callegari. **A influência da mídia na opinião pública e sobre a influência desta na mídia: o governo Lula em Veja e Época**. 2008. 450f. Dissertação. Mestrado em Ciência da Comunicação. Faculdade de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Porto Alegre-RS, março de 2008.
- DOERING-SILVEIRA, Evelyn; GROB, Charles S.; RIOS, Marlene Dobkin *et al.* “Relatório sobre o uso de drogas psicoativas entre adolescentes usuários da ayahuasca em contexto religioso”. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze (Org.). **Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2011.
- Editorial. In: **Scientia: revista de Ensino, pesquisa e extensão da Faculdade Luciano Feijão**. vol.2, n° 3 (2013). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.
- ÉPOCA. MAIA Jr., Humberto; ARANHA, Ana; PEREIRA, Rafael; ARINI, Juliana. “O doido, o daime & o crime”. In: **Época**. O daime provocou o crime? n° 618. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 22 de março de 2010. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI128024-15228,00-O+DOIDO+O+DAIME+E+O+CRIME+TRECHO.html>. Acesso em 14 de outubro de 2014.
- FREITAS, Júlio de. **Depoimento**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1303201007.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2014
- LODI, Edson. **Estrela da minha vida: histórias do sertão caboclo**. Brasília: Ed. Entre Folhas, 2004.
- MOSCOVICI, 2007, Serge. **Representações Sociais: uma investigação em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis: ed. Vozes, 2007.
- PARTIDO VERDE. **Diretrizes Programáticas para o Partido Verde 2014**. Disponível em http://pv.org.br/wp-content/uploads/diretrizes_pv.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2014.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Disponível em http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/Sem_logo/329782.pdf. Acesso em 09 de outubro de 2014.

VEJA. BETTI, Renata; COURA, Kalleo. “Alucinação Assassina”. In: **Veja**. Edição 2157, de 25 de março de 2010. Disponível em <http://veja.abril.com.br/240310/alucinacao-assassina-p-066.shtml>. Acesso em 09 de outubro de 2014.